

O coordenador do Plano Regional para a Inclusão Social e a Cidadania (PRISC), José Manuel Mendes, presidente da Faculdade de Economia e investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, explica como a pobreza "hipoteca" o futuro dos Açores.

JOSÉ MANUEL MENDES, COORDENADOR DO PRISC

"Uma Região não pode ter um quarto da população pobre"

HELENA FAGUNDES, DI

O PLANO REGIONAL PARA A INCLUSÃO SOCIAL E A CIDADANIA (PRISC) TRAZ ALGUMAS IDEIAS QUE PARECEM CON-TRADIZER O QUE TEM SIDO O DISCUR-SO NA REGIÃO. CONFIA QUE O PLANO VAI SER EXECUTADO COMO ESTÁ DESE-NHADO?

Sim. Há várias etapas. Tivemos a contratação pelo Governo Regional e, depois, o trabalho da equipa, em que a resposta das equipas do Governo Regional foi de grande nível de acompanhamento. Depois, chegámos ao relatório final, que sabemos que é sempre uma proposta. Essa proposta foi avaliada pela secretaria regional da Saúde e Segurança

Social. Eu fui, pessoalmente, a uma reunião em novembro, com a presença da senhora secretária e da equipa. Depois, enviaramnos uma proposta, que, sabemos disso, nunca é a primeira que resultou do relatório. Agora, no processo de consulta pública, há a parte política e é claro que o Governo reserva-se o direito de incorporar sugestões e alterações. A nível da dinâmica da relação institucional, até é exemplar. Noutros casos, fazemos o relatório e todo o processo subsequente é da responsabilidade da entidade política. Aqui, houve alterações, claro, mas temos acompanhado. O projeto, desde o início, teve sempre uma equi-



CRECHES. Investigador sublinha importância para crianças mais vulneráveis



JOSÉ MANUEL MENDES. Professor catedrático da Universidade de Coimbra afirma que processo de consulta pública "é um avanço"

pa local vasta. Quando o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra faz projetos, envolve sempre especialistas e pessoas do país, região ou entidade. Nunca fazemos sozinhos. Nesta etapa, a proposta está em consulta pública, depois será objeto de aprovação pelo Governo Regional e poderá ir ou não ao Parlamento. O que quero salientar é que o facto de haver o plano que está em consulta pública já é um avanço, porque há mobilização política para tal. A aplicação prática e os contornos das medidas, isso aí é uma incógnita, que tem a ver com as dinâmicas sociopolíticas da Região, do Governo Regional, etc...

UMA DAS QUESTÕES QUE SE PODEM ENCONTRAR É O ACESSO ÀS CRECHES PELAS CRIANÇAS MAIS VULNERÁVEIS, O QUE FOI UM ASSUNTO MUITO POLÉMICO, ATÉ A NÍVEL NACIONAL, COM A APROVAÇÃO, NO ANO PASSADO, DE UMA RESOLUÇÃO DO CHEGA QUE QUERIA PRIORIDADE PARA AS CRIAN-

ÇAS FILHAS DE PAIS QUE TRABALHAM. ACREDITA QUE ESTA MEDIDA VAI SO-BREVIVER A ESSE PROCESSO?

Uma vez mais, há várias dinâmicas. A nível da conceção de planos para mitigar a vulnerabilidade social e a pobreza especificamente, a questão das crianças e dos jovens é fundamental. Não é só o apoio direto, é a atenção que se tem para que essas crianças tenham possibilidades. As boas práticas internacionais dos países que analisámos colocam um grande foco nas crianças. Aliás, salientámos isso no relatório e na proposta do PRISC está mais ou menos subentendido que não podemos trabalhar só com as pessoas que já são pobres, a chamada pobreza monetária, 60% do rendimento regional. Sugerimos uma rede de segurança que abrangeria todas as pessoas que estão abaixo do rendimento mediano da Região. Isto para haver uma dinâmica que permita mitigar e preparar o futuro de pessoas que podem cair na pobre-

Rede de segurança

"Não podemos trabalhar só com as pessoas que já são pobres, a chamada pobreza monetária, 60% do rendimento regional. Sugerimos uma rede de segurança que abrangeria todas as pessoas que estão abaixo do rendimento mediano da Região. Isto para haver uma dinâmica que permita mitigar e preparar o futuro de pessoas que podem cair na pobreza. Este ano, a pobreza baixou um bocadinho nos Açores, mas é sempre pouco. Qualquer mudança estrutural pede medidas estruturais. As crianças e adolescentes e as pessoas, que trabalhando, são pobres, são centrais nessas medidas".

za. Este ano, a pobreza baixou um bocadinho nos Açores, mas é sempre pouco. Qualquer mudança estrutural pede medidas estruturais. As crianças e adolescentes e as pessoas, que trabalhando, são pobres, são centrais nessas medidas.

QUAL É A IMPORTÂNCIA DAS CRECHES? Começa pela aprendizagem e inserção institucional para as famílias que têm as crianças, para saberem a importância do apoio institucional e de terem ali uma segurança. Também para as famílias, obriga a uma certa dinâmica em que as crianças têm de ir arranjadas, há horários para ir buscar e levar... Há uma lógica de sociabilização que é importante. Por outro lado, as crianças ficam com recursos cognitivos, linguísticos, etc, que as favorecem nessa relação com o meio da escola. Se entram só na escolaridade obrigatória, trazem um conjunto de competências diferenciadas, o que não quer dizer que são piores ou melhores. São



POBREZA. Plano Regional para a Inclusão Social e a Cidadania (PRISC) reavaliou Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028

diferenciadas. Também liberta tempo para os pais terem atividade, bem-estar, etc. O debate foi muito restrito, sobretudo sobre as pessoas desempregadas. Se a pessoa estiver desempregada e não tiver onde colocar os filhos, vai ser muito difícil arranjar emprego. Isso está estudado. Também há uma grande desigualdade de género. Ao fazer isso, está-se a penalizar as mulheres e os homens ficam com maior mobilidade. Não há muito segredo: Tem de haver medidas, estas têm de ser universais e têm de ser aplicadas. Diz-se que nos Estados Unidos, com Trump, isto desaparece tudo, mas não é bem assim. Em relação ao child tax credit, o apoio às crianças e famílias até 190 mil dólares ano, que já abrange a classe média alta, não se vão atrever a retirar a medida. Quando os republicanos ameaçaram cortar, a classe média reagiu. Não foi por causa dos pobres. Nos Açores, se fosse universal, até ao valor mediano, já tocava um conjunto de pessoas de classe média baixa. É importante, porque cria uma dinâmica de inserção. Como abaixo de determinado rendimento toda a gente recebe, não há o estigma do Rendimento Social de Insercão (RSI). É universal.

ESSA IDEIA DE UMA REDE DE SEGU-RANÇA ATRAVESSA O PLANO. NÃO É SÓ PARA QUEM É POBRE, MAS PARA QUEM PODE ESTAR EM RISCO, POR DESEMPRE-GO, POR EXEMPLO?

Exatamente. É algo temporário, por desemprego ou doença... Também temos outra medida complementar, que é a possibilidade de acumular. Temos muitas situações no terreno em que a pessoa está a receber um apoio qualquer, e, por exemplo, um filho vai para um estágio remunerado e, imediatamente, o apoio pode diminuir. Estes automatismos são muito penalizadores. Está mais do que documentado: Se trabalharmos apenas com as pessoas que já são pobres nunca iremos diminuir a pobreza. A rede de segurança é aquela que permite que as pessoas, aquelas 10 a 15% que são oscilantes, sejam preparadas para qualquer eventualidade, e as pessoas que saíram da pobreza não recaiam nela. O exemplo do Brasil, os grandes programas que foram desenvolvidos, mostra-nos isso. Quando o presidente Bolsonaro entrou, 20 milhões de pessoas tinham saído da pobreza e vol-

Trabalhadores pobres

"O que propomos para as pessoas que trabalham e são pobres, aí então é que é insofismável, não há hipótese. Mas tem de haver vontade e mobilidade política. O setor empresarial nos Açores trabalha muito com salários muito baixos e isso tem consequências na qualidade de vida e no consumo, porque é um ciclo. Estamos a viver com o Turismo e tal, mas o Turismo não sustenta sociedades para o resto da vida".

taram a cair pessoas na pobreza, mas não eram as mesmas. Contrariamente ao que se pensa, as pessoas não usam os apoios para diversão, para isto e aquilo. É claro que há sempre uma percentagem de pessoas que se desvia dos objetivos. Agora, os ganhos futuros são enormes na dinâmica e, sobretudo, na confiança que as pessoas têm nas instituições. Se estão no limite e sobem um pouco acima da pobreza monetária e já não são apoiados, isso é fatal. Essa rede de segurança está documentada também. Comecou com os programas dos anos 80 do século passado, no México, depois Brasil, França, Estados Unidos e outros países.

NOS AÇORES UMA QUESTÃO IMPOR-

TANTE SÃO OS TRABALHADORES POBRES. O PRISC PREVÊ UMA ACUMULA-CÃO TAMBÉM NESTES CASOS.

Essa é uma situação que é típica de Portugal e, dentro de Portugal, da Região Autónoma dos Açores ainda mais. São poucos os países da OCDE e da União Europeia que têm pessoas que são trabalhadores e são pobres. Os rendimentos são tão baixos, que, mesmo trabalhando, as pessoas encontram-se no rendimento mínimo. O rendimento mínimo, por exemplo, do setor agrícola, ainda é mais baixo e temos ainda os pescadores, com rendimento muito flutuante. O trabalho digno é um direito fundamental humano. Como mobilizamos uma família se a pessoa trabalha e não tem condições

para deixar de ser pobre? Surge aí a importância das creches, da escola. O que propomos para as pessoas que trabalham e são pobres, aí então é que é insofismável, não há hipótese. Mas tem de haver vontade e mobilidade política. O setor empresarial nos Açores trabalha muito com salários muito baixos e isso tem consequências na qualidade de vida e no consumo, porque é um ciclo. Estamos a viver com o Turismo e tal, mas o Turismo não sustenta sociedades para o resto da vida. O modelo de desenvolvimento económico não pode ser exclusivo do Turismo, senão não cria condições de vida, nem condições de cidadania, para as pessoas que vivem nos Acores.

NO CAPÍTULO DA SAÚDE, É CRIADA UMA SÉRIE DE PRIORIDADES PARA OS BENEFICIÁRIOS DO PRISC E SURGE O ENFERMEIRO DE FAMÍLIA COMO UM ELEMENTO ARTICULADOR. TAMBÉM É DADO DESTAQUE À SAÚDE MENTAL. TEME QUE ESTAS PRIORIDADES GEREM CRÍTICAS NA SOCIEDADE?

O enfermeiro de família, havendo disponibilidade de recursos humanos e financeiros, é insofismável. No terreno, as pessoas têm uma grande confiança nos profissionais de saúde. Os enfermeiros são os primeiros articuladores, também com as outras entidades. Vemos isso, por exemplo, nas pessoas que estão em situação de rua, o ponto de entrada para qualquer apoio é com os



JOSÉ MANUEL MENDES. "Como mobilizamos uma família se a pessoa trabalha e não tem condições para deixar de ser pobre?"

enfermeiros. Mas devo dizer que é incrível como as pessoas, mesmo não tendo recursos, a nível da Saúde acabam por ter acesso a uma classe que está atenta às necessidades e, ao mesmo tempo, são canalizadas para intervenções cirúrgicas complexas no continente, são acompanhadas... É uma parte que é de salientar. Não é comum aqui no continente pessoas nessa situação socioeconómica e de vulnerabilidade terem acesso à Saúde desta forma. Se for preciso, chegam especialistas de fora e são acompanhadas, independentemente da classe social. Se não fosse isso, o impacto da pobreza nos Açores era esmagador. A Saúde é o grande atenuante. É claro que os valores da pobreza são esmagadores. Uma Região não pode ter um quarto da população pobre, é a hipoteca de qualquer futuro.

PARA OS AÇORES, ESTE É UM PLANO DE EMERGÊNCIA?

Tocou na palavra certa, tem de ser radical, de haver assunção política. Se não quiserem, não há milagres. Quanto à saúde mental, na equipa tínhamos a professora Sílvia Portugal, das maiores especialistas, com projetos só sobre o impacto das desigualdades na saúde mental. É crucial. Não há famílias disfuncionais, a noção de família funcional é muito de classe média e de posição perante os outros. Mas há famílias que têm condições de segurança, para darem apoio e carinho, etc. Se as pessoas são pobres, a sua componente afetiva e emocional será muito afetada e isso passa pela saúde mental. Era um item que não era tido em conta, mas quando passa a ser integrado nos planos, vê-se um impacto enorme.

UMA MEDIDA QUE PODE SER POLÉMI-CA É A CRIAÇÃO DE UM CARTÃO PARA COMPRA DE ALIMENTOS. SUBLINHAM QUE, PREFERENCIALMENTE, A GES-TÃO SERÁ COLOCADA NAS MÃOS DAS MULHERES NAS FAMÍLIAS CONJUGAIS. O QUE JUSTIFICA ESSA OPÇÃO PELAS MULHERES?

Não é polémica, porque é uma forma, para já, de apoio ao comércio local. Segundo, não discrimina, porque as pessoas têm o seu cartão, utilizam, ninguém tem de saber. É claro que tem de existir uma validação. As mulheres são fundamentais, porque são as estabilizadoras. Todos os programas mostram que são um fator de acompanhamento das crianças, um papel tradicio-



CARTÃO PARA COMPRAR ALIMENTOS. Investigador defende que "não é sexismo invertido", mas uma forma de conferir autonomia às mulheres, que são "estabilizadoras"

nal, mas aqui não é apenas isso, é de gestão do orçamento e de gestão de uma componente importante, que é a sobrevivência no dia-a-dia dos agregados. Não é sexismo invertido. Depois, há outra coisa, que é conferir autonomia às mulheres. É uma forma de empoderamento, porque as mulheres ficam mais autónomas. Em princípio, em algumas famílias, as mulheres têm mais escolarização. Detetámos isso no terreno: A relação com os bancos, com as entidades, a gestão do orçamento, é toda feita pelas mulheres.

ACREDITA QUE ESTE PLANO É CAPAZ DE TRAVAR A POBREZA NOS AÇORES? PARA FAZERMOS ISSO, TEMOS TAMBÉM DE ABANDONAR ALGUNS PRECONCEITOS, COMO O "ELES NÃO QUEREM É TRABA-LHAR"?

O programa é claro. Faltam quatro anos, porque 2024 já foi. A pobreza tem de baixar 10% por ano. Em 2028, a pobreza monetária tem de ser menos 40%. Depois, vamos avaliando. Se no primeiro ano era 10% e temos 15%, excelente, se for apenas 5%, o

que falhou? O plano original que apresentámos deixava claro quais são os objetivos, os recursos, os impactos, a curto, médio e longo prazo. No outro plano, havia metas, mas os pressupostos não estavam lá. Aqui estão. Veja o dia-a-dia das pessoas: As pessoas apoiam. Vimos isso no terreno. Têm um vizinho a quem dão qualquer coisa. A pessoa está doente, levam as crianças à escola. Não apareceu na escola, os professores vão saber se está bem. É claro que há uma minoria de pessoas que, sobre elas, se projeta essa ideia de não quererem trabalhar, mas estamos sempre a falar dos tais 5 a 6%, inevitáveis. Numa curva estatística, há uma pequena percentagem de pessoas que vão estar fora do que consideramos a norma. Mas não se pode avaliar o conjunto de pessoas pobres nos Açores, que são quase um quarto da população açoriana, dessa forma. Os outros 94%, tantas vezes têm dois empregos, trabalham de sol a sol. Vejamos os pescadores, com todo aquele esforço, que vão para a lota, negoceiam e vão

para casa com o valor mínimo... Tenho respeito pelas pessoas e admiro-me é como fazem tanto e sobrevivem tanto, com tão pouco. As medidas fazem-se para os tais 94%, depois os outros vão por arrasto. Tenho confiança porque não há futuro sem isso. Nós somos tão solidários nos Acores, temos o Espírito Santo, etc. Não é só falar. Dir-me-á que sou um utópico. Não, eu sou um realista. Acredito nas pessoas. Posso dizer-lhe isto de outra maneira: As pessoas não querem trabalhar ou os que empregam querem manter isto para terem pessoas a trabalhar de forma não legal ou a receberem muito abaixo do que deviam receber? Um conjunto de pessoas que estão a trabalhar à hora, ao dia, à semana e com rendimentos muito baixos. Quem beneficia com isso são os empregadores. Isso é o futuro de uma Região, depois de tantos anos de Autonomia? Depois, não venham todos os anos lamentar que a pobreza subiu ou então que desceu muito pouco. Uma região não devia ter mais de 10% de pobres. E já era muito.